

Resistir para existir: Educação Ambiental Crítica e a sua intersecção com lutas sociais

*Resist to Exist: Critical Environmental Education
and its Intersection with Social Struggles*

Maria Eduarda dos Santos de Sá da Silva ¹

 <https://orcid.org/0009-0004-8527-6141>

Michele Kauana de Melo Goularte ²

 <https://orcid.org/0009-0004-9305-0900>

Alana das Neves Pedruzzi ³

 <https://orcid.org/0009-0004-9305-0900>

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a Educação Ambiental Crítica (EAC) a partir de sua trajetória histórica e de sua articulação com lutas sociais, propondo uma leitura interseccional que compreenda a crise ecológica como inseparável das desigualdades de classe, raça, gênero e território. A partir de uma crítica contundente às correntes conservadoras e pragmáticas da Educação Ambiental, o texto evidencia como elas são frequentemente cooptadas pelo capitalismo, resultando em práticas educativas que mascaram as reais causas da degradação socioambiental. Fundamentado em autores do campo da EAC e de debates anticapitalistas, o trabalho defende uma Educação Ambiental que seja emancipadora, política e comprometida com a justiça social. Ao integrar as contribuições dos movimentos sociais, das epistemologias do Sul e dos sujeitos historicamente marginalizados, conclui-se que apenas uma abordagem interseccional pode enfrentar de forma efetiva as múltiplas opressões que sustentam a crise ambiental contemporânea e abrir caminhos para a construção de um outro mundo possível, justo e sustentável.

Palavras-Chave: Educação Ambiental Crítica; Interseccionalidade; Lutas sociais; Anticapitalista.

Abstract

This article aims to discuss Critical Environmental Education (CEE) based on its historical path and its intersection with social struggles, proposing an intersectional

¹ Mestranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, sduda213@gmail.com.

² Doutoranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, michelekauanagoulart@gmail.com.

³ Doutora em Educação Ambiental, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, alanadnp@gmail.com.

perspective that understands the ecological crisis as inseparable from class, race, gender, and territorial inequalities. Through a strong critique of conservative and pragmatic approaches to Environmental Education, the text reveals how the sustainable development speech is often co-opted by capitalism, resulting in educational practices that mask the real causes of socio-environmental degradation. Based on authors in the field of CEE and anti-capitalist debates, the article advocates for an emancipatory and political Environmental Education committed to social justice. By integrating the contributions of social movements, Southern epistemologies, and historically marginalized subjects, it concludes that only an intersectional approach can effectively face the multiple oppressions that support the contemporary environmental crisis and open paths toward the construction of another possible, just, and sustainable world.

Keywords: Critical Environmental Education; Intersectionality; Social Struggles; Anticapitalist.

Introdução

Vivemos em um tempo em que a natureza grita por socorro. Os desastres ambientais se intensificam em escala e frequência, florestas caem sob o avanço do agronegócio, o ar envenena nas periferias das grandes cidades, e o colapso climático deixa de ser uma previsão distante para se tornar uma tragédia em curso. A terra aquece, o mar sobe, e a vida – e aqui incluímos humanos, animais não humanos e toda a biodiversidade – está sob ameaça constante. Ao mesmo tempo, assistimos à proliferação de discursos de sustentabilidade que prometem “soluções verdes”, enquanto absolvem os verdadeiros causadores do colapso ambiental.

No mesmo ritmo devastador, o cenário social global se mostra igualmente adoecido pelo capitalismo, populações indígenas são expulsas de seus territórios, comunidades quilombolas e ribeirinhas convivem com a contaminação de seus rios e mulheres pobres são prejudicadas e sobrecarregadas pela escassez e contaminação da água. As periferias urbanas, os corpos racializados e as vozes dissidentes seguem sendo os primeiros a serem afetados e os últimos a serem ouvidos. A desigualdade social, ambiental, racial e de gênero não é apenas uma consequência do sistema, mas uma de suas engrenagens mais bem ajustadas.

Nesse contexto, torna-se evidente que a crise ambiental não pode ser dissociada da crise social, uma vez que ambas são produzidas pela lógica do capitalismo, que explora simultaneamente a natureza e os corpos. A Educação Ambiental (EA), frequentemente abordada de forma superficial e despolitizada, precisa assumir, de maneira urgente, seu caráter crítico e interseccional. Isso implica reconhecer que a luta por justiça ambiental está intrinsecamente ligada ao enfrentamento de todas as formas de opressão e desigualdade, ainda que persista uma tentativa de fragmentar e hierarquizar essas pautas.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir a Educação Ambiental Crítica (EAC) a partir de sua trajetória histórica e das disputas ideológicas que atravessam o campo, evidenciando tanto

as limitações das abordagens conservadoras da EA quanto a conexão constitutiva da EAC com as lutas sociais.

Teoricamente, este artigo se apoia em autores que discutem a crise e o cenário socioambiental atual, sobretudo através de uma perspectiva anticapitalista. Metodologicamente, este trabalho se baseia em uma análise crítica e imanente da literatura selecionada da articulação teórica entre Educação Ambiental, lutas sociais e anticapitalistas, visando contribuir para o fortalecimento de práticas educativas que denunciem as opressões sistêmicas e promovam alternativas de resistência-existência a partir dos territórios e dos saberes historicamente silenciados.

Metodologia

O presente escrito é de cunho teórico e bibliográfico, e para compreender esta investigação, faz-se necessário retomar o que se entende por pesquisa teórica e bibliográfica. Conforme Gil (1999), a pesquisa constitui um processo sistemático orientado à construção de respostas diante de problemas para os quais não há informações suficientes ou cujos dados encontram-se dispersos e desarticulados. Ela emerge, portanto, da necessidade de organizar, problematizar e conferir sentido a uma questão que exige compreensão aprofundada. Não se trata apenas de um procedimento formal, mas de um movimento de construção de conhecimento frente a lacunas e silenciamentos no campo estudado.

Quanto ao caráter bibliográfico, a investigação fundamenta-se na análise de materiais já publicados, como: livros, artigos, dissertações e teses que oferecem sustentação teórica e contextual ao tema. Segundo Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é possibilitar ao pesquisador o acesso a uma gama de fenômenos mais ampla do que aquela que poderia ser investigada diretamente.

A constituição desse corpus bibliográfico respaldou-se nos procedimentos da pré-análise descritos por Laurence Bardin (2011), etapa que envolve a organização e sistematização do material a ser analisado. Nesse sentido, adotou-se, primeiramente, o critério da pertinência, segundo o qual o material deve ser adequado aos objetivos da pesquisa e diretamente relacionado à questão investigada. Assim, os textos escolhidos foram selecionados por sua relevância teórica e política para sustentar a hipótese central do trabalho: compreender a EAC como inseparável das lutas sociais e das contradições do modo de produção capitalista.

Observou-se também o princípio da homogeneidade, assegurando que o corpus apresentasse coerência temática e epistemológica, possibilitando comparabilidade entre os textos analisados. Embora provenientes de diferentes autoras e autores, as obras compartilham uma matriz crítica que articula crise socioambiental, estrutura de classes e marcadores sociais como raça e gênero. Considerou-se ainda o critério da representatividade, buscando compor um conjunto de obras que refletisse as principais formulações do campo da Educação Ambiental Crítica e das abordagens interseccionais no debate socioambiental.

A partir disso foram incluídas obras clássicas da EA, bem como produções que articulam a questão ambiental às categorias de classe, raça e gênero, com enfoque interseccional e crítica estrutural ao capitalismo. O recorte temporal privilegiou publicações de 1990 até a atualidade, período de fortalecimento das abordagens críticas e interseccionais no debate socioambiental, admitindo-se a inclusão de obras anteriores quando reconhecidas como fundantes para a compreensão das categorias mobilizadas.

Feita a pré-análise, partimos para a análise da bibliografia selecionada, procedimento esse que se deu por meio da leitura imanente proposta por Lessa (2011). O primeiro passo do método consiste na leitura atenta e minuciosa de cada parágrafo, buscando identificar a ideia central que o sustenta e registrando seu conteúdo essencial, bem como a relação estabelecida entre os parágrafos. No segundo passo, essas anotações são organizadas em um esquema com as ideias centrais do texto, permitindo uma visão sintética do conjunto e favorecendo a articulação entre as partes. Por fim, o terceiro passo divide-se em duas etapas: a redação de pequenos textos ao final de cada capítulo, reunindo ideias e argumentos, e a elaboração de uma síntese final ao término de cada material bibliográfico, permitindo a compreensão e a identificação das categorias centrais.

Posteriormente, as categorias identificadas foram organizadas em eixos temáticos, permitindo estabelecer costuras no interior do debate. Reconhece-se que o trabalho mobiliza múltiplos eixos; contudo, essa multiplicidade não constitui dispersão temática, mas decorre da própria natureza interseccional do escrito e do cenário investigado. Dessa forma, embora o texto dialogue com diversos campos, o recorte analítico principal concentra-se na EA e sua relação com lutas sociais. Os demais eixos compõem enquanto mediações necessárias para a sustentação do núcleo interpretativo escrito nas próximas páginas.

Quando o verde engana: ecologia sem crítica não floresce

Como o presente trabalho se encontra no campo da EA, é necessário fazer um pequeno recorte histórico sobre a trajetória dessa área do conhecimento. A EA, tal como habitualmente a definimos, tem sua origem por volta dos anos 60 e 70, a partir de movimentos de atores sociais que estavam preocupados com os rumos do capitalismo industrial e o comprometimento dos recursos finitos do planeta. Conforme a destruição ambiental foi se tornando mais evidente, os debates sobre Meio Ambiente foram ganhando espaço em esferas institucionais pelo mundo. O surgimento da Educação Ambiental como uma das soluções para o combate à crise surgiu em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, onde os Estados participantes se comprometeram a adotar medidas para inclusão da Educação Ambiental nos currículos de suas escolas.

A partir daí, diversas conferências e encontros aconteceram com o objetivo de buscar soluções globais para a questão ambiental. Dentre esses esforços, destaca-se o lançamento da Agenda 21, durante a Cúpula da Terra de 1992 (ECO 92). Já no ano de 1997, ocorreu a conferência organizada pelas Nações

Unidas em conjunto com a Unesco, que tinha como um de seus temas a proposta de modificação do nome Educação Ambiental para “Educação para o desenvolvimento sustentável”. De acordo com Reigota:

Esse movimento inicial de mudança de nome foi um dos momentos mais polêmicos da conferência Internacional da Unesco sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e consciência Pública para a Sustentabilidade, ocorrida em 1997 em Thessaloniki, na Grécia e se concretiza 10 anos depois na carta de Tbilisi, ocorrida na Índia (Reigota, 2009, p.30).

Muitos educadores da área da EA não concordaram com a mudança na titulação do campo proposta nessa conferência, especialmente aqueles situados na América Latina. Reigota (2009), assim como outros pesquisadores da área, compreende a Educação Ambiental como uma prática eminentemente política e, portanto, indissociável das questões sociais. Nesse sentido, Goularte (2024) destaca que a crítica formulada por Reigota (2009) e por educadores latino-americanos não se limita ao discurso da sustentabilidade, uma vez que a associação da sustentabilidade às práticas educativas da EA, em si, não constitui um problema. O ponto central da crítica reside no fato de que a EA, enquanto campo histórico e político, também se constrói a partir de e em diálogo com os movimentos sociais (Goularte, 2024).

A Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, realizada em Copenhague, em 2009, também foi alvo de críticas, Michael Löwy (2013) afirma que ela representa um exemplo da incapacidade e falta de interesse das potências capitalistas em enfrentar de forma eficaz o aquecimento global e a crise socioambiental.

Já em 2012 ocorreu a Conferência Rio+20, e diversas problematizações foram levantadas — dentre elas, a de Löwy (2013) — o não comprometimento dos países com os acordos ambientais e às promessas do tão falado desenvolvimento sustentável, que ganhou mais força nas décadas de 80 e 90 e que se mostrava (e ainda se mostra) cada vez mais alinhado aos interesses capitalistas e neoliberais, não representando um real caminho de avanço para a questão ambiental, muito menos para questões sociais associadas à degradação ambiental. Mesmo assim, a Conferência tentou a imposição da chamada Economia Verde, que na verdade mostra-se como uma fachada “florida” para um sistema sanguinário (Layrargues, 1997).

No Brasil, essas teorias de desenvolvimento sustentável cresceram e se manifestaram através de expressões como “crescimento sustentável”, “agronegócio sustentável”, “cidades sustentáveis” e a famosa economia verde (Novaes, 2025). Os 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) também ganharam popularidade e entraram na agenda das multinacionais, dos Estados e das escolas. No entanto, nada disso colocava em questão os inúmeros problemas sociais e a exploração predatória dos recursos naturais.

É diante de tais desafios que a EA vai se construindo como campo autônomo, em disputas, em proximidade com a Área educacional e envolvida na busca por transformações nas relações socioambientais, com vista no enfrentamento da crise (Layrargues; Lima, 2014).

Mesmo como campo autônomo, a EA está longe de se constituir como um campo hegemônico, pois ela assume diferentes identidades que foram sistematizadas por Layrargues e Lima (2014) em três macro-tendências. Antes de avançarmos para as discussões referentes à EAC especificamente, é fundamental compreender resumidamente essas macro-tendências, uma vez que elas delineiam disputas teóricas e práticas entre perspectivas conservadoras, reformistas e críticas, evidenciando a maneira como a EA pode servir tanto à reprodução do status quo quanto à transformação social. Compreender essas macro-tendências é essencial para analisar os desafios e possibilidades de construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Em primeiro lugar, destaca-se a tendência conservacionista, que, de acordo com Loureiro (2004, p. 38), relaciona-se a uma abordagem mais comportamentalista, colocando os humanos como destruidores da natureza. Já a corrente pragmática está mais diretamente ligada ao desenvolvimento sustentável e a tecnologias supostamente verdes e limpas. De acordo com Goularte:

Há nesta vertente uma ideia bastante vinculada a economia e consumo, onde através de uma lógica de mercado que se diz pensar no futuro do planeta, incentiva a população a consumir e adquirir mercadorias de forma mais consciente, para assim, poder continuar consumindo ao mesmo tempo que as empresas de modo de produção capitalista podem continuar produzindo cada vez mais mercadorias (Goularte, 2024, p.38).

Layrargues e Lima também nos fornecem importantes observações acerca desta macro-tendência de Educação Ambiental:

A macro-tendência pragmática tem suas raízes no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra, e poderia apresentar uma leitura crítica da realidade, se aproveitasse o potencial crítico da articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas na reflexão sobre o padrão do lixo gerado no atual modelo de produção. Porém, sua trajetória apontou ideologicamente para um viés pragmático (LAYRARGUES, 2002), agindo como um mecanismo para corrigir as “imperfeições” do sistema produtivo baseado no consumismo, na obsolescência planejada e na descartabilidade dos bens de consumo. (Layrargues e Lima, 2014, p.31).

Na citação do autor, podemos observar como essa macro-tendência passa a operar para proteção do capitalismo, pois tenta salvar o modo de produção vigente através da defesa do consumo consciente e também tira a responsabilidade de grandes empresas ao realizar um discurso de responsabilização e culpabilização individual das populações. Isso fica explícito em slogans clássicos que estão presentes na Educação Ambiental desde a pré-escola, como “feche a torneira enquanto escova os dentes” ou “tome banhos rápidos”.

A maioria das pessoas, em algum momento de sua trajetória escolar, já se deparou com essas frases ou com “reduza, reutilize e recicle”, além de outras noções generalizadas sobre desenvolvimento sustentável, que muitas vezes são importantes, mas não suficientes. A frequência desses slogans se deve ao fato de que, dentro do sistema capitalista em que vivemos, a vertente dominante da EA, de cunho conservador e pragmático, tornou-se hegemônica. Essa abordagem, ainda que muitas vezes se mostre

como neutra, carrega em sua essência uma defesa implícita da lógica do capital. Novaes (2025), em sua obra, analisa justamente essas camadas ocultas dos modelos conservadores de EA, revelando como, sob o discurso do progresso e da sustentabilidade, perpetua-se a manutenção da ordem capitalista e das desigualdades estruturais.

Em consequência desses modelos, temos uma abordagem de EA feita de forma epitelial, ou seja, sem colocar o dedo na ferida do problema e pautando apenas o desenvolvimento sustentável, que busca unir a proteção ao meio ambiente com a produção capitalista. No entanto, é necessário refletir, será que essa união é possível? Diversos autores afirmam que essa compatibilidade entre ambientalismo e capitalismo é inexistente, afinal, o sistema capitalista sendo o gerador da crise socioambiental, não poderia fazer parte da solução dela. A Rede Brasileira de Ecosocialistas afirma:

As respostas dadas pelo capitalismo a essa crise se baseiam no desenvolvimento sustentável, uma solução que não ataca a expansão econômica infinita, vital para o lucro capitalista, mas incompatível com ecossistemas finitos e frágeis. Em um sistema econômico que não tolera limites ao crescimento, a necessidade constante de expansão subverte todos os limites que possam se impor em nome do “desenvolvimento sustentável”. Assim, o “capitalismo verde” é essencialmente uma contradição. O sistema capitalista não pode regular sua própria atividade, muito menos superar as crises causadas por seu crescimento caótico e parasítico, porque fazê-lo exigiria colocar limites em sua acumulação – uma opção inaceitável para um sistema regido pela regra: Crescer ou Morrer (Rede Brasileira de Ecosocialista, 2023, p.171).

Os autores nesse trecho deixam nítido para o leitor: um sistema que prega pela produção e acumulação infinita não combina com recursos naturais finitos. O autor István Mészáros (2011), em suas obras, também problematiza as contradições desse cenário e do contínuo crescimento capitalista, levando-nos a refletir se há, de fato, alguma vantagem nesse avanço incessante das produções do capital. Afinal, estamos realmente evoluindo? Para onde estamos caminhando? Quem, de fato, se beneficia desse progresso e dessas tecnologias? Mészáros defende que o conceito de avanço produtivo do capital precisa ser urgentemente reavaliado, pois suas forças produtivas transformaram-se, na realidade, em forças destrutivas.

Ilustrando tais forças destrutivas, o capitalismo realiza o que Henrique Tahan Novaes (2025) chama de “mercado da destruição”, caracterizado pela obsolescência programada, que faz com que produtos se tornem obsoletos em um tempo muito curto, sendo descartados e gerando os chamados *E-Wastes* ou lixo eletrônico, que possuem compostos tóxicos e nocivos para os seres humanos e para a natureza, impulsionando também o consumismo exacerbado.

Paralelamente à destruição, o capitalismo também realiza o “mercado da solução”, materializado no estímulo ao consumo de mercadorias verdes, configurando, assim, um cenário em que o sistema capitalista destrói e ao mesmo tempo vende a “solução”: é responsável por diversos crimes ambientais em um determinado local, mas promove a ideia de que está plantando inúmeras árvores em

outro. Novaes (2025, p. 41) retrata por meio de uma metáfora que, de fato, nem é tão metafórica: “produz aquilo que nos mata e teoricamente aquilo que nos salva da morte, isto é, os remédios”.

Percebe-se que a concepção de sustentabilidade defendida pelas correntes mais conservadoras da Educação Ambiental está inserida em um ciclo perverso de destruição e solução. O capitalismo, ao cooptar essa luta, transformou-a em uma estratégia de mercado, promovendo a chamada "economia verde" sob a bandeira do desenvolvimento sustentável. Esta, contudo, configura-se como um mecanismo através do qual o sistema capitalista se reinventa, perpetuando sua lógica de exploração, opressão e violência. Nesse contexto, tudo pode ser convertido em mercadoria, consumida por indivíduos que, muitas vezes, desejariam combater a destruição ambiental, mas acabam, inadvertidamente, financiando esse sistema mortífero e opressor, que manipula e induz a crença em suas soluções "verdes" (Novaes, 2025).

Diante de todas as problemáticas e limitações dessas formas de EA e de desenvolvimento sustentável, autores como István Mészáros e Michael Löwy enfatizaram a importância de uma teoria que vá à raiz do problema e aponte para a superação do capitalismo. Löwy (2013) afirma que essas tentativas de soluções moderadas se revelam completamente incapazes de enfrentar esse processo catastrófico e também observa que a economia verde é apenas o capitalismo pintado de outra cor, com muitas declarações e com pouco (ou nenhum) compromisso efetivo de combate à realidade socioambiental atual. Já segundo Mészáros (2011, p.722), os defensores do capitalismo mostram a ecologia "grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas — impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos — possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos". Em suma, o que se percebe é que as soluções para a crise ambiental nas correntes conservadoras e pragmáticas giram dentro da órbita do capital, e, como Layrargues e Lima (2014) afirmam, elas possuem práticas e reflexões com vistas a reformar e não transformar a sociedade.

Em oposição às abordagens liberais de EA surge a Educação Ambiental Crítica (EAC). Essa perspectiva entende que a crise ambiental não pode ser tratada de forma isolada ou superficial, pois está enraizada em problemas estruturais, como: as desigualdades sociais, a concentração de poder e o modo de produção capitalista. Assim, a EAC propõe uma educação que vá além da simples conscientização individual, buscando questionar as bases do modelo hegemônico de desenvolvimento e promover uma profunda transformação social e política.

A EAC, portanto, adota um caráter emancipador e transformador, na medida em que convida os sujeitos a refletirem criticamente sobre sua realidade concreta, desnaturalizando as desigualdades e os conflitos socioambientais e estimulando a construção de alternativas mais justas e sustentáveis. Essa proposta implica uma mudança de paradigma no campo educacional e ambiental, pois desafia o senso comum e os discursos que atribuem a responsabilidade da crise ecológica unicamente ao comportamento individual ou à falta de informação. Ao contrário disso, ela denuncia a lógica de acumulação, exploração

e expropriação que marca o sistema capitalista e que opera tanto sobre os corpos quanto sobre os territórios.

Autores como Carlos Frederico Loureiro e Philippe Pomier Layrargues são referências centrais dessa abordagem no Brasil. De acordo com os pesquisadores, a EAC se estrutura a partir de três fundamentos pedagógicos principais: analisar a realidade a partir das condições sócio-históricas geradoras de desigualdade e conflitos ambientais; trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais em relação à dominação da modernidade capitalista; e transformar o modelo dominante de sociedade (Loureiro; Layrargues, 2013). Trata-se, portanto, de uma proposta contra-hegemônica, que assume a educação como prática política e aposta na potência dos sujeitos históricos como protagonistas da mudança.

Além disso, a EAC rompe com a dicotomia entre natureza e sociedade, adotando uma visão que reconhece a interdependência entre o social, o ambiental, o político, o histórico e o cultural. Conforme destacam Loureiro e Tozoni-Reis (2016), a EAC evidencia que os problemas ambientais são, também, problemas sociais. Portanto, pensar em EA na perspectiva crítica é, necessariamente, pensar em justiça social, visto que as catástrofes climáticas e ambientais afetam de forma desigual as populações humanas. A população negra, indígena, os corpos racializados, as mulheres e as comunidades tradicionais estão entre os mais afetados pelas injustiças ambientais. Os crimes socioambientais, cada vez mais, escancaram a seletividade com que o capital destrói territórios e vidas, reafirmando relações estruturais de opressão.

Isto posto, a EAC não pode prescindir de uma abordagem interseccional, que considere como classe, raça, gênero e território atravessam a relação sociedade-natureza. Em tempos de colapso ambiental, pensar novos caminhos e possibilidades torna-se urgente e a EAC propõe justamente isso: não apenas denunciar as estruturas de dominação, mas também criar alternativas a partir da escuta das lutas sociais e dos saberes subalternizados.

Assim, separar natureza e sociedade não é uma opção viável. O necessário é justamente o oposto: compreender suas conexões, articular suas lutas e construir pontes entre a EA e os diversos movimentos sociais. Esse é o ponto de partida para a próxima seção deste artigo, que tratará especificamente do cruzamento entre EAC e as lutas dos diversos movimentos sociais.

Sementes de Resistência em Solo Contaminado

Para iniciar as discussões acerca de Educação Ambiental e lutas sociais, é fundamental fazermos o seguinte questionamento: O que as pessoas normalmente pensam quando falamos em EA? O que o senso comum pensa que é EA? Seria puro ambientalismo? Seria desenvolvimento sustentável? Seriam discussões sobre desequilíbrio ambiental ou sobre práticas ecologicamente corretas? Se partimos do pressuposto de que EA é apenas o que foi exposto acima, teremos dificuldade em encontrar sentido na

intersecção entre este campo do conhecimento e as questões sociais, a relação entre a desigualdade e a exclusão social com a EA.

Layrargues fala um pouco sobre a visão errônea e simplista que muitas vezes as pessoas têm da Educação Ambiental, ou a sua imediata associação com ideias das concepções conservadoras de EA:

(...) o adjetivo “ambiental” foi predominantemente compreendido como sinônimo de “ecológico”. E assim se cristalizou um significado muito comum da educação ambiental: algo que diz respeito à ecologia, apesar de Tbilisi já dizer o contrário desde 1977... Só que “ambiental” é muito mais do que “ecológico”. Educação ambiental não é sinônimo de “educação ecológica”, porque vai além do aprendizado sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos, e abrange também a compreensão da estrutura e funcionamento dos sistemas sociais (Layrargues, 2009, p.11).

Além da visão do senso comum que se tem da EA, outra problemática também acaba por nos impedir de ter uma visão mais integral do cenário socioambiental: o paradigma cartesiano, que nos faz observar as coisas sem conexões e tendem a dividi-las, separá-las em caixinhas. Porém, tal postura nos impede de ter uma visão da complexidade que emerge com os fatores ambientais, ecológicos, sociais, culturais, históricos, econômicos, territoriais, sociais e políticos. Como nos mostra Layrargues (2009, p.11): “ao analisar o mundo, simplificamos a compreensão da realidade, perdemos a dimensão do todo, e desconsideramos o contexto no qual o problema ambiental em questão está inserido”.

Aqui também podemos mencionar a problemática da separação das questões sociais entre si, como se fosse possível compreender gênero, raça, classe, território ou geração de forma isolada. É justamente nesse ponto que o conceito de interseccionalidade, que é tão importante e tão usado no presente trabalho, se torna essencial. Proposto por Kimberlé Crenshaw (2004), esse conceito nos ajuda a entender que as opressões se cruzam e se sobrepõem, gerando formas específicas de desigualdade e exclusão:

Um dos problemas é que as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação: em função de uma deficiência, da idade, etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (Crenshaw, 2004, p. 10).

Diante disso, o que se percebe é que, apesar de estarmos acostumados a tratar as questões de forma isolada, separando as opressões em grupos e dissociando lutas sociais das ambientais, essa lógica fragmentada nos oferece apenas uma visão limitada da realidade. A verdade é que o ambiental e o social, em suas mais variadas lutas, são questões indissociáveis. No entanto, por se tratar de outra forma de ver e interpretar o mundo, é compreensível a dificuldade que ainda se tem de associar tais categorias (Layrargues, 2009).

Buscando favorecer a compreensão dos leitores e sustentar a relevância da intersecção entre as lutas ambientais e sociais, iniciamos nossa análise evocando a célebre reflexão de Karl Marx (2011, p.

25) em O 18 Brumário de Luís Bonaparte: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Como afirma Marques (2023, p. 33) essa assertiva foi, durante muito tempo, incontestável. De fato, no período em que Marx a escreveu, o ambiente era compreendido apenas como pano de fundo da cena histórica, como uma moldura que contornava os conflitos sociais, sem interferir diretamente em sua dinâmica.

Hoje, no entanto, o cenário é outro. O ambiente já não pode ser reduzido à condição de moldura passiva. Suas reações diante da ação humana desmedida, que fragiliza ecossistemas, altera ciclos naturais e intensifica desigualdades, revelam-no como um ator cada vez mais ativo e determinante da trama histórica. Um ator que não apenas influencia, mas condiciona os rumos sociais, políticos e econômicos.

Se aceitarmos, como propõe Marx, que homens e mulheres fazem sua história não como querem, mas como podem, dadas as circunstâncias herdadas e vividas, devemos reconhecer que tais circunstâncias, no mundo contemporâneo, são também profundamente ecológicas. As dimensões ambientais não apenas compõem o contexto histórico, mas o atravessam. Por isso, torna-se imprescindível compreender a indissociabilidade entre o social e o ambiental, pois, mais do que nunca, suas lutas se entrelaçam e suas resistências se fortalecem mutuamente.

Já que viajamos até Marx, vamos aproveitar e evidenciar ainda mais a necessidade de intersecção entre o social e o ambiental, que se torna urgente quando buscamos compreender a origem das desigualdades que estruturam nossas sociedades. Como vimos na seção anterior, a EAC propõe uma abordagem que vai além da ecologia e da sustentabilidade conservadora ao se articular com uma crítica radical ao modo de produção capitalista. Segundo Pedruzzi (2019), a EAC possui relação com as ideias marxianas ao compreender que o modo de produção capitalista seria a raiz de muitas das opressões sociais existentes, incluindo as de origem ambiental. Ou seja, a degradação ambiental não pode ser separada da lógica de exploração que rege o sistema capitalista e que atinge não apenas os recursos naturais, mas também os corpos, os territórios e as comunidades, principalmente aquelas historicamente marginalizadas.

A partir dessa perspectiva, buscar a radicalidade, como afirma Pedruzzi, é “uma tentativa de conectá-la à sua nítida influência marxiana” (2019, p.87), trazendo à tona uma crítica que analisa as superficialidades com que os problemas ambientais costumam ser tratados.

Sair dessa superfície nos faz chegar a um conceito fundamental deste artigo: Justiça Ambiental, que de acordo com Herculano é:

O conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas ou programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. Ou seja, justiça ambiental é o princípio em que os custos ambientais devem ser distribuídos de maneira justa entre a sociedade (Herculano, 2002, p.2).

A citação em destaque reforça que o conceito de justiça ambiental representa a importância de introduzir a perspectiva das desigualdades sociais no campo, reforçando que sustentabilidade é muito mais do que proteger a natureza para as gerações futuras, é também uma questão de justiça social.

Em paralelo ao conceito de justiça ambiental, Layrargues (2009) nos apresenta a outro termo fulcral: Desigualdade Ambiental, que é definida como a exposição diferenciada de grupos sociais a amenidades e situações de insegurança climática. Minorias étnicas e grupos de baixa renda estão mais expostos e vulneráveis a condições de risco. Ou seja, é perceptível que existe uma relação entre baixa condição socioeconômica e alta exposição ao risco ambiental, causando assim a injustiça ambiental.

Outra forma de conceber a desigualdade ambiental é relacioná-la com outras formas de desigualdade. Para além da questão da classe e do sistema econômico capitalista, precisamos olhar para essas questões somadas a outras categorias como gênero, reprodução social, raça, deficiências, entre outras. Não com o objetivo de fragmentar a classe (como há receio atualmente) mas sim com o de analisar e compreender as diferentes formas de opressão que nos afetam. Neste caso, os indivíduos são desiguais ambientalmente porque são desiguais de outras maneiras.

Já percebemos que os problemas ambientais não são democráticos, agora vamos abordar brevemente algumas formas pelas quais essas desigualdades socioambientais se expressam, uma dessas formas é o racismo ambiental, uma forma de discriminação que afeta populações historicamente marginalizadas, como negros, indígenas e periféricos, que são expostas de maneira desproporcional a riscos climáticos. Essas populações acabam sendo as mais impactadas por desastres ambientais e outras ações, como: instalação de lixões, indústrias poluentes e falta de saneamento básico. Segundo Herculano:

O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais[...] (Herculano, 2008, p.16).

Para Goularte, não podemos falar em justiça ambiental sem falar em justiça racial:

Sem um debate ambiental que traga em suas discussões as comunidades quilombolas, os povos tradicionais e o debate sobre o quanto a população racializada é extremamente afetada pelas crises climáticas, não haverá uma real mudança na estrutura social. Sem o debate racial estaremos apenas auxiliando na manutenção de uma lógica colonial que surge com uma nova roupagem, com um discurso “verde”, porém continuaremos com uma estrutura social repleta de desigualdades que, por sua vez, se manterá às custas das populações pobres e racializadas (Goularte, 2024, p.78).

Infelizmente, podemos citar inúmeros exemplos que ilustram essa injustiça ambiental e racial no Brasil, como a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que deslocou comunidades indígenas e ribeirinhas, e causou um impacto significativo na biodiversidade da região. A contaminação da água e do solo em comunidades indígenas e quilombolas no Nordeste do Brasil, devido ao uso

excessivo de agrotóxicos nas plantações próximas. A construção da rodovia BR-163, no Mato Grosso, trouxe desmatamento e expulsou comunidades indígenas da região. A contaminação por metais pesados em comunidades próximas às minas de ouro em Paracatu, Minas Gerais, afeta a saúde dos moradores locais, por último, tem a precarização da assistência à saúde indígena e a ausência de programas governamentais voltados à retirada de garimpeiros nas Terras Indígenas (Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2023).

Diante do exposto, é perceptível que esse conceito revela como desigualdades sociais e raciais se entrelaçam com as questões ambientais, escancarando que os problemas ecológicos não atingem a todos da mesma forma.

Outra necessidade urgente é incluir as questões e lutas de gênero nos debates da EA, as mulheres estão em desvantagem no cenário socioambiental atual, por estarem mais vulneráveis aos desastres ambientais e as mudanças climáticas, como afirma Pedruzzi:

Ao tomarmos, por exemplo, a água como categoria relevante nos debates dessa perspectiva é preciso reconhecer que a demanda pela água, ou o trato consequente com a sua poluição é dado prioritariamente à mulher, em especial, às mulheres mais pobres. A mulher, nesse cenário, ocupa-se não somente pelo ato de garantir o acesso à água. Na condição de chefe de família, assume também as consequências da falta de uso ou da água contaminada. (...) Eis um dos múltiplos exemplos sobre como são as mulheres que recebem a carga prioritária do pacote de maldades do Capital, seja na forma da dupla/tripla jornada de trabalho, seja na expulsão dos territórios que historicamente ocupou, seja na precarização das formas de trabalho que lhe empurram para a informalidade ou para a baixa remuneração (Pedruzzi, 2019, p.125).

As problemáticas ambientais que afetam essas mulheres vão muito além da questão da água, as enchentes, a falta de saneamento básico, as ocupações irregulares e o despejo de resíduos nocivos também estão presentes para aumentar a vulnerabilidade socioambiental. Todas essas questões fazem com que mulheres tenham uma demanda de trabalho muito alta, além disso, precisam lutar por seus territórios e por melhores condições.

O trabalho de cuidado historicamente atribuído às mulheres, como o cuidado com a casa, os filhos, os idosos e a comunidade, amplia a vulnerabilidade socioambiental delas, sobretudo das que vivem em contextos de pobreza e em territórios marcados por conflitos ambientais. Elas estão na linha de frente da gestão da água, da alimentação e da saúde da família, sendo diretamente impactadas por crises ecológicas, mudanças climáticas e desastres ambientais.

Essa sobrecarga que recai sobre as mulheres é nitidamente mais intensa em regiões do Sul global, onde podemos observar com mais evidência como os desastres ambientais aumentam o trabalho de cuidado realizado por elas, que também são importantes agentes de luta para mudança dessa realidade socioambiental (García-Torres e Vázquez, 2023).

Esse cenário se articula com o entendimento do conceito de Sul Global, uma categoria geopolítica que abarca países historicamente colonizados e explorados, e que hoje continuam ocupando a base da pirâmide do capitalismo global (Meneses, 2012).

Nessas regiões, os impactos das crises climáticas, da exploração de recursos e das políticas ambientais excludentes são sentidos de forma ainda mais intensa. Ao refletirmos sobre as zonas de sacrifício, comumente inseridas em países do Sul Global, observamos como esse conceito ajuda a evidenciar os territórios e corpos que são sistematicamente desconsiderados e descartados em nome do desenvolvimento econômico, reforçando a urgência de pensar uma justiça ambiental verdadeiramente anticolonial e antirracista.

As zonas de sacrifício são áreas geográficas que foram permanentemente prejudicadas por fortes alterações ambientais ou desinvestimento econômico. São localidades que recebem atividades de grande poluição, contaminação e periculosidade, cujos inúmeros impactos são sentidos pelos moradores locais. Os estragos cometidos nessas áreas são culpa do capitalismo e do imperialismo ecológico, que reduzem a natureza a um bem comercial, pois extraem recursos de localidades do Sul Global de forma muito barata. Impõe-se a reflexão sobre como essas extrações são realizadas com um custo tão baixo. E a resposta é que elas são feitas através da superexploração da natureza somada a uma superexploração da classe trabalhadora da região, que, à vista desse sistema predatório que se sustenta através de mercadorias, lucros e acumulação, são apenas grandes “minas de ouro”, repletas de recursos naturais a serem explorados e vendidos. E, se no meio desse processo, forem destruídas, não há problema para o sistema, pois essa destruição não ocorrerá nos países do Norte Global.

Esse cenário reforça ainda mais a necessidade de intersecção do ambiental com o social, uma vez que não é possível separar o imperialismo do imperialismo ecológico, como se fossem dois conceitos e duas categorias distintas; isso é inviável, pois ambos estão materialmente ligados à superexploração da natureza e à superexploração da classe trabalhadora. Com isso, somos levados a refletir acerca da crueldade da desigualdade ambiental ao perceber que aqueles que menos têm contribuído para a crise climática também são os que sofrerão os impactos mais profundos.

À vista do que foi exposto nesta seção do artigo, podemos perceber que a ecologia é e deve ser cada vez mais um ponto de convergência para os oprimidos ao redor do mundo, principalmente aqueles localizados em áreas periféricas e do Sul Global, uma vez que é evidente que classe e opressão são inseparáveis das questões ecológicas. Torna-se, então, urgente que, em vez de termos diferentes lutas se articulando e marchando lado a lado, haja lutas completamente interligadas, conectadas, pois essa conexão mostra-se emergente. Precisamos convergir a luta da classe trabalhadora com as lutas ambientais, com a luta feminista, com a luta antirracista, a luta dos movimentos LGBTQIAP+, dos povos originários, dos neurodivergentes, das pessoas com deficiência, dos jovens, dos idosos, do movimento estudantil, dos pequenos agricultores, da agroecologia, dos veganos, dos periféricos, dos marginalizados, dessas “minorias” que, na verdade, constituem a maioria, mas que são os estigmatizados, os “invisíveis”, aqueles que o capitalismo atropela e que são os primeiros a serem atingidos pelas catástrofes e destruições ambientais que esse sistema produz. Mas, justamente por

estarem nessas condições materiais, sociais e ambientais, que esses grupos e lutas têm tanto a ensinar, a falar e a contribuir para a EAC.

A autora Zuleta ilustra em um trecho um pouco da essência de inclusão, de crítica e, sobretudo, de autocrítica que precisamos na EAC:

Debemos pensar una educación ambiental crítica que contemple la colonialidad de género y el sistema de opresión clase/raza/género/sexo, en sus discusiones, producciones y prácticas. Este es un análisis importante para comprender, por ejemplo, las formas de resistencias que se dan en las comunidades, en los territorios hacia los conflictos socioambientales, no solo desde una mirada anticapitalista, sino también para evidenciar el patriarcado y la modernidad colonial en dichos conflictos. Además, también permite la autocrítica de cómo la educación ambiental crítica se posiciona frente al patriarcado y a la colonialidad, y analizar cómo los reproduce (Zuleta, 2021, p.7).

Essas lutas só vão ir de encontro a sua potencialidade se andarem juntas, interseccionadas, sem separação da luta ambiental e luta social, afinal, nós também fazemos parte da natureza e do ambiente, e se sairmos da lógica cartesiana, tivermos um olhar mais amplo para a totalidade que nos cerca, vamos perceber que além dessas lutas terem interesses semelhantes, elas também compartilham as mesmas raízes.

Considerações finais

Ao percorrer de forma muito breve a trajetória histórica da Educação Ambiental, torna-se evidente que este campo do conhecimento não é neutro, tampouco unívoco. Ele se constitui em meio a disputas ideológicas, tensionado por diferentes interesses políticos, sociais e econômicos. Desde sua origem até os dias atuais, a EA foi apropriada por diferentes vertentes, sendo muitas vezes cooptada por discursos que, longe de promoverem transformações estruturais, acabam por reforçar o próprio sistema responsável pela crise ambiental: o capitalismo.

As políticas públicas que se seguiram às promessas de desenvolvimento sustentável evidenciam a incapacidade e a fragilidade dos compromissos globais com a justiça socioambiental. Como mostrado, diversos autores apontam as contradições entre os discursos oficiais e a realidade da degradação ambiental, revelando como o capitalismo se reinventa por meio da "economia verde" e da culpabilização individual, sem jamais questionar sua lógica de acumulação infinita.

É nesse cenário que a EAC emerge como contraponto às abordagens conservadoras e pragmáticas, propondo uma leitura estrutural da crise climática, enraizada na justiça social, na superação das desigualdades e na construção de outras formas de organização social ambiental. Longe de ser uma prática limitada ao cuidado com a natureza ou ao incentivo de comportamentos ecologicamente corretos, a Educação Ambiental Crítica se constitui como uma educação emancipatória que propõe um enfrentamento das estruturas sociais, políticas e econômicas que produzem e reproduzem as desigualdades que assolam tanto o ambiente quanto as populações humanas e não humanas.

Nesse sentido, a articulação entre justiça social e justiça ambiental se mostra não apenas necessária, mas urgente. Ao compreendermos que as populações racializadas e periféricas são as que mais sofrem com os impactos climáticos, visibilizamos os mecanismos de uma lógica que continua sendo capitalista e violenta ainda que mascarada de verde. Assim, ao invés de tratarmos a crise ecológica como uma ameaça neutra e universal, devemos reconhecê-la como profundamente atravessada por relações de poder, raça, classe e gênero.

Para encerrar essa discussão acerca da interseccionalidade, apresenta-se uma reflexão da socióloga Fernandes (2022) em que ela afirma que não existe revolução em terra arrasada, ou seja, não é possível pensar em mudar apenas o sistema e as questões sociais e só depois olhar para a natureza, pois a natureza não pode mais esperar, não dá mais para separar os problemas e tampouco nos podemos dar ao luxo de fazer essa seletividade de pautas. Isso porque só é possível transformar a vida dos trabalhadores e das classes oprimidas se tivermos a preocupação com o ambiente em que vivem e com a questão ecológica que os cerca. E só é possível avançar nas discussões ambientais se tivermos um olhar crítico, que chegue à raiz dos problemas ambientais, que alcance o debate anticapitalista

Nesse contexto, perde-se na compreensão e na reflexão sobre a realidade quem ainda não percebeu a interconexão entre as lutas sociais, ambientais e anticapitalistas que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Isso torna necessário que o debate seja feito em conjunto, de forma interseccional.

Por mais difícil que seja, precisamos olhar para tudo e para o todo. A EA não pode mais se furtar ao compromisso de enxergar cada espaço e cada fissura onde o capitalismo fincou seus tentáculos. É urgente que atente para as questões sociais, raciais, de gênero, de reprodução social, de classe e tantas outras que estruturam as desigualdades. Precisamos sonhar e construir cidades e territórios mais justos, sustentáveis e inclusivos. É necessário costurar as pautas, entrelaçar as lutas, amarrar as pontas soltas desse grande nó social e ambiental que nos atravessa. Só assim seremos capazes de enxergar a totalidade que nos cerca e, a partir dela, resistir para existir com mais dignidade, sustentabilidade, justiça e igualdade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7–16, 2004.

FERNANDES, Sabrina. **Ecosocialismo**. Plataforma de Formação Política Lauro Campos e Marielle Franco, Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2022. Disponível em: <https://plataforma.flcmf.org.br/cursos/crise-ambiental/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. O que é racismo ambiental e como afeta as comunidades marginalizadas. **Fundo Brasil**, 3 maio 2023. Disponível em:

<https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-e-racismo-ambiental-e-como-afeta-as-comunidades-marginalizadas/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GARCIA-TORRES, Miriam; VÁRQUEZ, Eva. Extrativismo e (re)patriarcalização dos territórios. In: **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Elefante, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULARTE, Michele Kauana de Melo. **Colonialismo e racismo ambiental**: uma análise a partir dos fundamentos da educação ambiental. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2024. Disponível em: <https://ppgea.furg.br/dissertacoes-e-teses/65-publicacoes-de-2024/1728-14272dissertacao-michele-kauana-de-melo-goularte>. Acesso em: 29 jul. 2025.

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. In: **I Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba, 2002.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Interfacehs**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 17–25, 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 5–10, 1997.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11–31.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, p. 23–40, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, p. 68–82, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65–84.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53–71, 2013.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: uma alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, p. 79–86, 2013.

MARQUES, Luiz. O destino das sociedades define-se neste decênio. In: RODRIGUES, Arlindo; SILVA, Suelma Ribeiro (org.). **Ecosocialismo brasileiro: avanços e desafios**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023. p. 19–68.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENESES, Maria Paula. Sul (global). In: **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Almedina, 2012. p. 199–200.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOVAES, Henrique Tahan. **A educação ambiental anticapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia**. São Paulo: Boitempo, 2025.

PEDRUZZI, Alana das Neves. **Sobre presenças e ausências na educação ambiental crítica**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande. 2019. Disponível em: <https://ppgea.furg.br/dissertacoes-e-teses/55-publicacoes-de-2019/1510-12241tese-alana-das-neves-pedruzzi>.

REDE BRASILEIRA DE ECOSSOCIALISTAS. Manifesto da Rede Brasileira de Ecosocialistas. In: **Ecosocialismo brasileiro: avanços e desafios**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023. p. 167–188.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RODRIGUES, Arlindo; SILVA, Suelma Ribeiro. **Ecosocialismo brasileiro: avanços e desafios**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023

ZULETA, Mara Karidy Polanco. Educación ambiental crítica y feminismos decoloniales, comunitarios, latinoamericanos y ecofeminismos: un diálogo ineludible hacia una educación ambiental feminista y decolonial. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 26, n. 2, p. 216–245, 2021.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.